

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 89/2001 de 12 de Julho

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é proprietária dos lotes de terreno do Parque Industrial da Ribeira Grande com os n.ºs 27, 44 e 45, respectivamente com as áreas de 580 m², 9.770 m² e 14.600 m², num total de 24.950 m², inscritos na respectiva matriz predial sob os artigos 977º, 994º e 995º da freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande e descritos na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob os n.ºs 00393/900615, 410/900615 e 411/900615 - freguesia da Conceição.

Considerando que a Câmara Municipal da Ribeira Grande disponibilizou-se para assegurar a gestão do referido Parque Industrial, pretendendo, como contrapartida, a cedência, a título definitivo e gratuito, dos lotes de terrenos atrás referidos.

Considerando, por último, que a Câmara Municipal da Ribeira Grande reúne as condições necessárias à gestão daquele Parque Industrial, tendo, por diversas vezes, participado, técnica e financeiramente, com o Governo Regional dos Açores na conservação e beneficiação do mencionado Parque Industrial.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Autorizar a cedência, a título definitivo e gratuito, sob o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, dos lotes de terreno do Parque Industrial da Ribeira Grande, propriedade da Região Autónoma dos Açores, com os n.ºs 27, 44 e 45, respectivamente com as áreas de 580 m², 9.770 m² e 14.600 m², num total de 24.950 m², atrás descritos, como contrapartida pelo facto da Câmara Municipal da Ribeira Grande passar a gerir o referido Parque Industrial.
2. Os terrenos em causa regressam ao património da Região Autónoma dos Açores se a Câmara Municipal da Ribeira Grande deixar de gerir o Parque Industrial em causa ou deixar de cumprir qualquer das condições a que se obriga com a assunção da gestão do Parque Industrial.
3. O auto de cessão será elaborado pela Direcção de Serviços do Património, o qual constitui título bastante para a realização dos necessários registos.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 29 de Junho de 2001. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.